

PENSAR A FRONTEIRA E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS: DOS SENTIDOS À SEGURANÇA NUMA LEITURA TRANSVERSAL

Gustavo Glodes Blum ¹
Gustavo Schmid Queiroz ²

Resumo

O presente trabalho busca realizar uma compreensão transversal a respeito dos sentidos da fronteira e das relações transfronteiriças. Através de uma revisão bibliográfica que compreende algumas leituras de diversas ciências e áreas de conhecimento, o trabalho apresenta a relação entre as determinações conceitual-teóricas da fronteira, sua vivência para as comunidades que estão diretamente e indiretamente relacionadas com ela, mas também a forma como o Estado pensa estas mesmas fronteiras. Na primeira seção, aborda-se estes sentidos construídos sobre a fronteira para, na segunda seção, identificar as relações da fronteira com o Estado e a ideia de segurança. Finaliza-se com uma nova proposta de agenda de pesquisa pautada nesta relação, mas que esteja mais centralizada na fronteira que no pensamento estatal a respeito dela.

Palavras-chave: Fronteira. Sentidos. Segurança.

Resumen

El trabajo que aquí se presenta intenta delinear una comprensión transversal a respecto de los sentidos de la frontera y de las relaciones transfronterizas. A través de una revisión bibliográfica que comprende algunas lecturas de diversificadas ciencias y áreas de conocimiento, el trabajo presenta la relación entre las determinaciones conceptual-teóricas de la frontera, su vivencia para las comunidades que está directamente e indirectamente relacionadas con ella, pero también la manera con la cual el Estado piensa estas mismas fronteras. En la primera sección, se aborda estos sentidos construidos sobre la frontera para que, en la segunda sección, se pueda identificar las relaciones de la frontera con el Estado y la idea de seguridad. El trabajo finaliza con una nueva propuesta de investigación basada en esta relación, pero que se centralice más en la frontera que en el pensamiento estatal a su respecto.

Palabras-clave: Frontera. Sentidos. Seguridad.

INTRODUÇÃO

A questão das fronteiras, tanto no âmbito da Ciência Geográfica, como dentro da área de conhecimento das Relações Internacionais, intriga, desde há muito, teóricos, teóricas e teorias a respeito das relações de poder. Normalmente observada a partir da perspectiva do Estado, centralizado nas capitais e nas

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Atualmente, é Professor Mestre Assistente no curso de Relações Internacionais do UNICURITIBA, e Orientador do Grupo de Pesquisa "Redes e Poder no Sistema Internacional". E-mail: blum.gustavo@hotmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e Graduando em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: gschqueiroz@gmail.com.

administrações burocráticas centralizadas, mesmo a representação das fronteiras nas diversas sociedades perpassam algumas figuras simbólicas como o fim da lei, a desordem, o caos e o encontro com o diferente. E não apenas a academia pensa e questiona as fronteiras: elas fazem parte da vida de todos, uma vez que é uma parte fundamental da própria constituição dos atuais Estados-nação territoriais.

Mesmo assim, a compreensão das fronteiras apresenta alguns desafios. Seria muito simples apresentar uma definição a respeito das fronteiras. Porém, essas definições simples, normalmente oriundas do uso semântico das palavras e tendo como fonte dicionários e linguistas que nem sempre vivem (n)a fronteira, não dão conta da complexidade do processo. Acreditamos que o desenvolvimento de uma compreensão sobre as relações transfronteiriças deve partir, justamente, da ideia do complexo e, por isso, ser realizada de forma transversal. Essa é o objetivo principal deste trabalho.

Para tal, o trabalho está dividido em duas seções. A primeira se dedica à compreensão da vivência, da construção simbólica, e das representações da fronteira em diversos campos de conhecimento. Através de revisões bibliográficas, busca-se indicar quais seriam os sentidos da fronteira, compreendendo uma pequena parte dos discursos acadêmicos e de vivência sobre a fronteira. Na segunda parte, abordamos o conflito entre a leitura centralizadora do Estado a respeito das fronteiras, envolvendo-as em uma leitura estratégica de segurança. Propomos, também, ao fim desta seção, uma nova agenda, de pensar-se a segurança não a partir do Estado, mas a partir da fronteira.

É para participar do debate, e buscando contribuir com a construção do conhecimento a respeito das fronteiras, que apresentamos este trabalho. E, para começar, partimos para a discussão a respeito de seus sentidos.

SENTIDOS DA FRONTEIRA

Falar de fronteira é um desafio que não se configura apenas como semântico. O tema se manifesta nos trabalhos acadêmicos da geografia, história, política, antropologia, economia e sociologia. Somado a isso, a realidade vivida da fronteira encontra uma multiplicidade de atores, fluxos e ordens que, estando sempre em movimento, provocam novos processos sociais. O fato é que a fronteira tem nela

mesma a complexidade das contradições que também tem a vida humana: nela existem rituais, aproximações, distanciamentos, divisões e aberturas.

Por certo que “o termo fronteira se refere a uma linha divisória – concreta ou imaginária – entre algo que conhecemos e que, em certo sentido, nos pertence e algo que desconhecemos” (SILVA; MORAIS, 2011, p. 1). Independente do ponto de análise, ela representa um limite, uma zona de interação onde versa o trabalho, o consumo e mesmo a disputa. Ela tem o fim último de “diferenciar as relações de contiguidade” (SILVA; MORAIS, op. cit., p. 2), função que, por vezes, incita práticas violentas do Estado (RAFFESTIN, 1992).

Em verdade a fronteira é definidora de divisões institucionais, políticas, administrativas e, como veremos a seguir, humanas (SILVA; MORAIS, 2011). Ainda assim, ela existe também como zona de interação: é um espaço de encontro e de conflito, cuja relação transfronteiriça depende das relações formais e informais que seus habitantes constroem.

Segundo Luda Klusáková e Steven Ellis (2006, p.1), “Fronteiras, em sua natureza, são regiões onde duas ou três culturas, línguas e sociedades colidem e interagem entre si”³. Aqui, o limite favorece o contato, a fronteira favorece a integração (SILVA; MORAIS, 2011). Neste sentido, é equivocado pensar na fronteira como obstáculo. Ainda que, na materialidade do território, a apropriação humana da fronteira possa – por vezes – gerar embargo, a fronteira em si é “(...) um mecanismo que resulta de toda e qualquer ação neste território” (CORLET, 1996, p.11). Para Claude Raffestin (1992;1993), isso se explica na relação limite-fronteira, uma vez que a apropriação do espaço pode ser marcada por sinais no território ou em uma apresentação deste. Estes limites vão determinar a abrangência da ação e, em consequência, do poder. Desta maneira, “o limite é o resultado de uma intenção, de uma vontade, de um poder”⁴ (RAFFESTIN, 1992, p.159).

Ainda para o autor (1993), o limite seria, portanto, um conjunto geral. A fronteira representaria um subconjunto. Contudo, no momento em que os Estados-nação dela se apropriam e a transformam num objeto ideológico, um signo – por vezes sagrado – a fronteira se insere numa categoria particular. Segundo Raffestin, a fronteira constitui

³ Tradução nossa. Original: “Frontiers of their very nature are regions where two or three cultures, languages, and societies collide and interact with each other”.

⁴ Tradução nossa. Original: “La limite est toujours la traduction d'une intention, d'une volonté, d'un pouvoir”.

uma invariante estrutural, se não morfológica, a construção da qual está condicionada por uma interface eco-bio-sociológica. Essa interface assume quatro funções essenciais: tradução, regulação, diferenciação e relação ⁵ (RAFFESTIN, 1992, p.159).

Dentro deste complexo de significados, a fronteira traduz as trocas em seu território, regula recursos e fluxos, promove a diferenciação – recurso sinequanon para sua existência – e, por fim, “(...)juxtapõe territórios que se confrontam, comparam e se descobrem”⁶ (RAFFESTIN, 1992, p. 160). Não obstante, a própria existência da fronteira tem sido questionada. Esta inconsistência sobre a durabilidade das fronteiras tem diversas origens, desde os estudos sobre o capitalismo até a ressignificação do tema sob a interpretação pós-moderna. Independente do ponto de vista acadêmico, é impossível compreender o tema sem o diálogo interdisciplinar e sem absorver nos estudos o que tem a fronteira com o Estado, a geografia e – em especial na contemporaneidade – as identidades.

Fronteiras e identidades: aproximações sócio-antropológicas

É irrevogável questionar e investigar a relação o que tem a fronteira com a identidade do povo que guarda. Neste campo, Seweryn e Smagacz afirmam que

Identidade é flexível, complexa e aberta a diferentes campos de referência. Pessoas em busca de identidade desenham novas linhas e inventam fronteiras. Muitos cientistas sociais discutem sobre a relevância das fronteiras nacionais (...). Eles acreditam que **as fronteiras foram reconfiguradas ao invés de corroídas de forma uniforme**. Que sua permeabilidade é altamente diferenciada e que esta permeabilidade reflete e reforça as relações de poder da globalização desigual. (SEWERYN; SMAGACZ, 2006, p.18, grifo nosso)⁷

Em primeiro plano, é relevante identificar que a Sociologia não tem teoria definida sobre as fronteiras. Ainda assim, deve-se primeiro compreender a relação que o social e, num sentido mais profundo, o humano tem com a fronteira, a fim de concluir os objetivos deste trabalho. Olga Seweyn e Marta Smagacz (2006), divide três abordagens sociológicas para o tema. Em uma apresentação sintética, a

⁵ Tradução nossa. Original: “En effet, la frontiere est un ‘invariant’ structurel, sinon morphologique, dont la construction est conditionnée par un interface éco-bio-socio-logique. Cet interface assume quatre fonctions essentielles : traduction, régulation, différenciation et relation”.

⁶ Tradução nossa. Original: “(...)juxtapose des territoires qui se confrontent, se comparent et se découvrent”.

⁷ Tradução nossa. Original: “Identity is flexible, complex, and open to different fields of reference. People in search of identity draw new lines and invent frontiers. Many social scientists argue for the continuing relevance of national borders (...). They claim that borders have been reconfigured rather than uniformly eroded, that their permeability is highly differentiated, and that this permeability reflects and reinforces the power relations of uneven globalization”.

primeira escolhe estudar o objeto à distância e desenvolve um entendimento-primeiro: a fronteira como limite territorial e histórico entre duas realidades. Já a segunda aproximação lida com os indivíduos que constituem o espaço fronteiro e suas motivações, intenções e atitudes. Por fim, a terceira aproximação social, se refere à relação dialética entre global e local, separação entre tempo e espaço e aos sistemas abstratos de relações humanas. Seria a fronteira aqui reflexo da identidade individual e grupal do sujeito; uma mediadora em potencial das instituições, culturas, experiências de vida e mesmo da descentralização. Estas três aproximações dialogam com a experiência de poder, território e identidade que as fronteiras assumem, sejam elas estatais ou não.

Em consonância, alguns geógrafos ponderam as fronteiras em dois grandes aspectos, que juntos integram a dimensão do conceito, para além daqueles já trabalhados dentro da disciplina. Sob a visão geopolítica, a fronteira é variável constituinte de territórios e identidades nacionais. Já no aspecto econômico, a fronteira é vista como espaço privilegiado de cooperação ou conflito transfronteiro (BIOTEAU, 2007).

Nesta relação, a visão antropológica das fronteiras lembra aos cientistas sociais que “os Estados-nação e suas instituições são compostas de pessoas que não podem ou não devem ser reduzidas às imagens que são construídas pelo estado, pela mídia ou outro grupo que tem o desejo de representá-los” (WILSON, DONNAN, 1998, p.4)⁸. Isso significa que falar de fronteiras sob uma visão antropológica é tratar desde a relação entre as capitais dos estados até a rotina, o “dia-a-dia” que acontece no “chão”, vivido pelas pessoas que habitam as fronteiras. A fronteira e o humano: o dia-a-dia do indivíduo transfronteiro.

Há muito se entende que as fronteiras não são apenas divisões geográficas. As fronteiras possuem uma complexidade própria – consequência da vida humana que nela flui - de aproximação e distanciamentos, encontro e conflito, corte e costura (COURLET, 1996), diferenciação e interação. A fronteira é hoje um espaço global, que versa sobre território, paisagem, espaço, identidade e gênero (BIOTEAU, 2007).

Em síntese, o discurso acadêmico se refere diretamente ao potencial da fronteira de construir identidades regionais ou globais, uma vez que “Fronteiras

⁸ Tradução nossa. Original: “the nations and states, and their institutions, are composed of people who cannot or should not be reduced to the images which are constructed by the state, the media or of any other groups who wish to represent them”.

estatais são elementos espaciais que exercem influência nas vidas e representações, e elas conseqüentemente questionam os aspectos humanos” (BIOTEAU, 2007, p.4)⁹. Estes espaços refletem etnia, língua, gênero, cultura, religião, pois destaca diferenças e aproximações entre dois ou mais povos. Bioteau afirma que

Conhecidas como limites territoriais, as fronteiras não apenas definem as linhas que separam os estados. Elas são também significativos de um espaço humanizado firmemente enraizado na mente das pessoas. Esta fronteira social marca a linha dos territórios diários. (BIOTEAU, 2007, p.12)¹⁰

Deste modo, devido à sua natureza, as fronteiras tendem a caracterizar as identidades que nela se encontram, sejam elas nacionais ou identidades de classe, gênero e etnia (WILSON, DONNAN, 1998). Esta tendência pode ser observada de acordo com os três tipos de população de fronteira, identificados por Wilson e Donnan (1998, p.13). Quais sejam:

- Indivíduos que compartilham laços étnicos tanto com os habitantes que lhe são comuns (que compartilham o mesmo núcleo geográfico estatal, por exemplo), como com aqueles que vivem “após” a fronteira.
- Indivíduos que se sentem diferenciados por aspectos étnicos transfronteiriços daqueles que vivem em seu próprio núcleo estatal.
- Indivíduos que são membros do grupo étnico majoritário no estado e não tem qualquer laço étnico com a população do outro lado da fronteira.

A fronteira, é assim, um catalizador destas diferenciações e aproximações. É aqui que se criam encontros e conflitos, construções de identidade, redes, fluxos. Poderíamos ir além e afirmar que toda a rede informal de fluxos compreendida entre os habitantes do espaço transfronteiriço afeta não apenas a população em situação de fronteira. Como afirmam Donnan e Wilson, “Quase tudo que acontece no dia-a-dia das pessoas do mundo moderno pode acontecer e acontece nas regiões fronteiriças”. (1999, p. 4)¹¹

É nesta dimensão que surgem, também as políticas estatais:

⁹ Tradução nossa. Original: “State borders are spatial elements exerting an influence on lives and representations, and they consequently question the human aspects”.

¹⁰ Tradução nossa. Original: “Known as territorial limits, the borders do not only define the lines separating states. They are also significant of a humanized space firmly rooted in peoples mind. This social border marks off the line of daily territories”.

¹¹ Tradução nossa. Original: Almost all that occurs in the everyday lives of people in the modern world can and does occur in its borderlands.

Entre as muitas coisas que potencialmente influenciadas pelas mudanças nas configurações econômicas e políticas das fronteiras internacionais é a expressão da etnia local e mesmo do projeto nacional, que pode ser reforçado não apenas apesar de, mas devido aos laços transfronteiriços. (WILSON, DONNAN, 1998, p.13)¹²

O Estado existe e os habitantes das fronteiras devem lidar não apenas com as estruturas de suas próprias administrações, mas também com as daquelas que, além fronteira, interfere em sua vida diária. Como veremos adiante, estas políticas podem se manifestar em estratégias de securitização. Por ora, nos atemos ao fato de que esta realidade evidencia que a “identidade nacional é uma etnia politizada” (WILSON, DONNAN, op.cit, p.13)¹³, Normalmente, as minorias que não compartilham com esta visão são afastadas à periferia e podem acabar por assumir-se como uma nação, ou como parte de uma nação cujo lar se encontra ali mesmo no território em que habitam ou em outro território (WILSON, DONNAN, op.cit.).

Geografar a fronteira. Para onde caminha a territorialização.

E que tem o geógrafo com a fronteira? Muito se argumenta que a materialidade da fronteira tem sido questionada pelas novas dinâmicas de redes e fluxos de informação. Afastar a importância da fronteira não é novo nos estudos acadêmicos. De fato, chega a ser resposta à contemporaneidade que questiona, primeiro, o próprio Estado-nação como poder mais proeminente nas relações internacionais. Assim, “como um resultado, o papel dos indivíduos nessas estruturas é questionado, especialmente nos termos de sua lealdade e identidade” (WILSON, DONNAN, 1998, p.4)¹⁴.

A fronteira acaba por evidenciar tanto as representações quanto a materialidade do território nacional. A territorialidade é uma das condições de existência do Estado. Consequentemente, as fronteiras estatais são, sempre, territoriais. Contudo, ainda que a fronteira seja uma estrutura política separada, mas relacionada ao Estado, isso não significa que este seja capaz de impedir o acesso de influência estrangeira. Ainda que o Estado procure controlar suas fronteiras, as pessoas que vivem nos limites da fronteira constroem redes informais que, com

¹² Tradução nossa. Original: “Among the many things potentially influenced by the changing economic and political configuration of international borders is the expression. Of local ethnicity and even the national Project itself, which may be strengthened not just in spite of, but because of cross-border ties”.

¹³ Tradução nossa. Original: national identity is a politicised ethnicity

¹⁴ Tradução nossa. Original: As a result, the role of individuals in these structures is called into question, especially in terms of their loyalties and identities.

efeito, compete com o Estado (WILSON, DONNAN, 1998). De acordo com Lia Osório Machado,

Indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, constituem hoje uma teia em escala planetária difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada estado, por mais poderoso que seja. (MACHADO, 2012, p. 4)

As fronteiras internacionais definem os limites físicos deste poder e da expressão espacial reivindicada Estado. Estados querem manter e delinear seus limites para adquirir território a sua população e recursos para garantir sua segurança interna e externa. A geografia procura estudar estas relações, olhando a fronteira como elemento estático ou dinâmico envolvido nas relações de poder entre os Estados. Uma das maneiras que os geógrafos encontraram de realizar este estudo de descrição e tipificação das fronteiras é através das paisagens em si. A paisagem permite o reconhecimento do encadeamento dialético sujeito-fronteira, em um vínculo onde o primeiro molda a segunda e é por ela moldada (DONNAN, WILSON, 1999, p.47).

Assim, as paisagens são construídas pelas fronteiras. É sua materialidade territorial que permite a própria existência do Estado e dos limites de seu poder territorial. Como visto, as fronteiras podem ser vistos sob um aspecto espacial, territorial, sócio-cultural e étnico. Adiante disso, existem na fronteira mais espaços para contaminação cultural e passagem e que para dominação cultural e rivalidade ao longo das fronteiras. (SEWERYN; SMAGACZ, 2006, p.23).

A fronteira encontra o capital

Como percebido anteriormente, existe uma tendência – ou uma tentativa – de desacreditar a fronteira e suas funções. Dentro do âmbito econômico, todo o processo globalizatório reconfigura estruturas, provocando a plasticidade do território e o ressignificação de fronteiras. Segundo Courlet (1996), alguns economistas entendem a fronteira como um corte, que “impede a realização de um ótimo econômico”. Neste sentido, ela impediria a continuidade o desenvolvimento além de seus limites. Não obstante, como visto, a fronteira não apenas proíbe mas também permite. Em sua complexidade, ela “não é simplesmente um corte, ela é também costura” (COURLET, 1996, p.12).

Mesmo as economias-mundo chegam em limites quando encontram outras economias-mundo. Contudo, elas persistem em seu crescimento e evolução. Surge

aqui a contradição da acumulação do capital: o movimento da economia só é possível se ao redor dela houver formações não capitalistas. (COURLET, op.cit). Em princípios básicos, refuta-se em pronto a ideia de que a fronteira é obstáculo às atividades econômicas. É justamente a tentativa de abreviação do processo de acumulação capitalista que desloca fronteiras e provoca efeitos perversos na periferia. A fronteira, aqui, é apropriada e se torna constitutiva à acumulação sistêmica de capital que, no esgotamento da atividade interna, a ultrapassa.

O capitalismo regula, fraciona e mesmo divide através da fronteira. Ela não impede as relações econômicas. Pelo contrário, ela é “(...) um meio utilizado pelas empresas para diferenciar mais nitidamente os espaços, bem como para melhor governar as relações entre eles” (COURLET, op.cit, p.15).

Ainda para o autor, nessa relação contraditória de concorrência e interação, a fronteira encontra novos problemas. Aos poucos, o modo de produção contemporâneo soma novas questões aos espaços transfronteiriços. Estes novos-problemas – que provocam a porosidade das fronteiras e incentiva cientistas a questionar sua existência – induzem novas demandas de proteção, divisão de recursos e mesmo securitização das fronteiras. É consequência em especial das novas relações de consumo. Há aqui, “uma forte possibilidade de que o global se apoie espontaneamente sobre o local para melhor o ignorar, ou mesmo o destruir”. (COURLET, 1996, p.20)

Por uma fronteira social.

Aquilo que faz a fronteira constituir a vida em seu território é sua mais nobre função social. Contudo, como visto, sua própria existência gera uma atenção do estado e da sociedade civil que, por vezes, beira a violência. Raffestin (1992), lembra que, sendo a fronteira constitutiva da organização humana, se torna impossível militar pelo seu desaparecimento;

Segundo o autor, “A fronteira não é, como escutamos com frequência, um acidente, uma cicatriz da história”¹⁵ (RAFFESTIN, op.cit, p.162). Não se pode pensar a fronteira apenas como obstáculo ou constrangimento. Assim como as relações humanas geram encontros e conflitos, a fronteira também pode afirmar ordem ou desordem (RAFFESTIN, op.cit). Como visto nas aproximações antropológicas sobre o tema, existe uma relação muito grande do humano com o espaço fronteiriço,

¹⁵ Tradução nossa. Original: "La frontière n'est pas, comme on l'entend dire trop souvent, un accident, une 'cicatrice de l'histoire".

traduzida como fronteiras humanitárias por William Walter (2011). Uma vez que a ação humana (de aproximação ou distanciamento) justapõe e promove a existência da fronteira – e vice-versa – a fronteira ganha um papel social. Por outro lado, como veremos adiante, no momento em que o Estado-nação busca controlar, através de seu poder, os aspectos humanos manifestados em seu território, a fronteira assume uma nova função: a da securitização.

A FRONTEIRA E A SEGURANÇA

Conforme abordado na seção anterior deste trabalho, a fronteira assume uma série de características próprias tanto na sua significação, quanto na sua vivência por parte dos diversos atores que estão envolvidos no seu processo de constituição, existência e prática. Porém, a fronteira também se apresenta como um valor político essencial para os grandes tomadores de decisão da política mundial e, portanto, deve ser encarada como deve ser encarada como fundamento para compreender as próprias Relações Internacionais.

Em primeiro lugar, faz-se necessário refletir a respeito da composição da política mundial tendo como base o papel-chave dos territórios nacionais como construídos a partir da expansão europeia nos séculos XVI e XVII. Como demonstra Immanuel Wallerstein (2007), a própria evolução da retórica do poder europeu ao redor do mundo dependeu, ao longo da sua ocorrência, do estabelecimento de fronteiras muito bem definidas não apenas com relação aos territórios nacionais, mas sim como bases para a aplicação da soberania e dos direitos de intervenção territorial, de alteração da lógica do ordenamento então em voga. Como afirma o autor,

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. (WALLERSTEIN, 2007, p. 30)

É interessante notar como os primeiros Estados-nações modernos (e aqueles que lideraram o processo de expansão colonialista nos primeiros séculos de expansão europeia) foram, justamente, estados forjados pela imposição da força e da concentração de poder nas mãos de um rei. Portugal e Espanha, unificados

décadas antes das demais potências europeias, surgiram num contexto de guerra santa, na qual a conquista dos territórios não apenas representava um avanço do poder real, mas as fronteiras em si próprias começaram a ser pensadas enquanto questões de segurança.

Da mesma forma, à medida em que as soberanias nacionais foram se desenvolvendo, a fronteira deixou de ser uma região de transição de soberania, como ocorria até o século XV na Europa ocidental, para tornar-se um dos elementos principais do poder territorial dos modernos Estados-nação. Não apenas em razão dos processos de centralização e de concentração de poder nas capitais a fronteira assume uma relação cada vez mais relevante, mas principalmente em razão das consequências dos processos fundadores da Paz de Vestefália, que marca o início das Relações Internacionais modernas como se as compreende atualmente.

Nesta época, há um elemento fundamental e um deslocamento da arte de governar que parece ser fundamental para compreender a ligação entre segurança e as fronteiras. Como apresentado por Michel Foucault (2008), a partir da construção da ordem internacional vestefaliana, que se iniciou no século XVI, a lógica da Razão de Estado começa a ser cada vez mais relevante para que seja possível compreender as atuações governamentais, sobretudo na Europa. A segurança passa a significar não necessariamente a garantia de vida do monarca, mas sim a determinação deste novo “organismo político” que é o Estado-nação moderno. Principalmente, o Estado surge como dois elementos: enquanto princípio de inteligibilidade do real e enquanto objetivo estratégico. Como afirma Foucault,

[O] Estado foi um princípio de inteligibilidade do real. O Estado foi certa maneira de pensar o que eram, em sua natureza própria e em seus vínculos, em suas relações, certo número de elementos, certo número de instituições já dados. (...) Em segundo lugar, o Estado funciona nessa razão política como um objetivo – isto é, como o que deve ser obtido ao cabo das intervenções ativas (...). O estado é o que deve estar no fim da operação de racionalização da arte de governar. (FOUCAULT, 2008, p. 384-5)

O que Foucault apresenta é o próprio paradigma que, posteriormente, Friedrich Ratzel e, principalmente, os teóricos geopolíticos, vão assumir para abordar as relações do Estado com relação aos seus territórios e outros agentes políticos. Ora, se o Estado é um princípio de inteligibilidade, é a partir dele que se analisarão as relações políticas, econômicas e sociais. E, caso sejam encontrados elementos que devem ser alterados em razão de algum diagnóstico realizado nesta

análise, a própria existência do Estado pode justificar a aplicação de ordenamentos territoriais que visem a garantia do “bem geral” e do aumento das capacidades deste mesmo Estado. Parece ser, essa, justamente a crítica realizada por Raffestin (1993) com relação à geopolítica clássica e ao seu desenvolvimento teórico-metodológico.

Essa perspectiva da razão de Estado, razão tanto enquanto racionalidade quanto em justificativa de ações, traz, porém, um elemento fundamental. É a construção de uma prática de análise e de atuação com relação a elementos considerados estratégicos para o Estado, é justamente aí que as fronteiras surgem como um dos pontos mais relevantes da administração do Estado.

Mesmo Ratzel (1990) abordou o papel das fronteiras como “mecanismos biológicos de poder do Estado”, quando afirmou que elas são fundamentais para compreender as dinâmicas territoriais entre os Estados. Em um primeiro momento, as fronteiras surgem como os recortes espaciais que levam à anexação das entidades políticas menores pelas maiores. Assim, a fronteira como uma delimitação do poder, mas também local de atrito e oposição entre as entidades políticas dos Estados que ali, no espaço geográfico, se encontram. Num segundo momento, Ratzel explicita de maneira mais específica a função das fronteiras na geografia dos Estados: para ele, “[a]s fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado” (RATZEL, 1990, p. 184).

Percebe-se, assim, que as fronteiras surgem como elemento fundamental da própria segurança do Estado: não apenas enquanto a sua construção prática, da vigilância e do controle que os Estados tentarão impor a elas, mas também enquanto reflexos dos processos ocorridos dentro destes mesmos Estados e em suas relações com os outros. Basta verificar a forma que o tema das fronteiras se modificou drasticamente do início dos anos 2000, com a proposta de um “mundo globalizado sem fronteiras”, para o retorno da “autonomia nacional” representada pelo populismo global dos últimos anos, para compreender como as fronteiras assumem significados e práticas diferentes ao longo do tempo.

Resta, porém, uma questão mais metodológica que gostaríamos de levantar aqui, não tanto à guisa de conclusão, mas como uma nova proposta de pesquisa para pensar-se as fronteiras não apenas na atualidade, mas como um todo. Além dos questionamentos levantados na primeira seção deste trabalho, gostaríamos de estabelecer uma divisão relevante: a fronteira como questão de segurança a partir

dos Estados, e a fronteira como questão de segurança a partir das próprias fronteiras.

A Segurança como conhecimento produzido pelos Estados, para os Estados

Os estudos de segurança, tanto em sua versão nacional como em sua versão internacional, têm se tornado cada vez mais relevantes para compreender diversas dinâmicas que ocorrem nos territórios nacionais e ao redor do globo. Porém, isso não significa dizer que os Estados só estão se preocupando com o tema na atualidade. O que ocorre é que o tema da segurança tem tido cada vez mais participação tanto da comunidade acadêmica, como da sociedade civil, embora isso também não signifique uma democratização necessária destes processos.

Como compreender, portanto, a Segurança e seu papel para os Estados ao redor do mundo? Segundo Alexandre Reis Rodrigues, a segurança, para os Estados, significa a proteção contra ameaças ou riscos. Segundo o autor,

(...) diz-se que um País está seguro quando não está sob o risco de sacrificar valores vitais, ou seja, ter segurança é a ausência de ameaças aos valores essenciais que se quer garantir. Parece uma definição intuitiva que resume o essencial da ideia que geralmente se tem de segurança. No entanto, ter ou não ter ameaças é algo que não se controla. Regra geral, nenhum país está isento de ameaças; se não são dirigidas à sua própria segurança podem ser aos seus interesses. (RODRIGUES, 2003, p. 3)

É possível compreender, portanto, que a segurança tem algumas características, algo que podemos compreender a partir da definição provida por Rodrigues, acima. Em primeiro lugar, é necessário compreender que a segurança é um ato, um feito, ou seja, uma forma de desenvolver práticas de determinação de um resultado futuro. Qual seria esse resultado futuro? Obviamente, em termos específicos isso varia não apenas de país para país, mas também de governo para governo. Porém, a ideia de um resultado possível esperado é fundamental para compreender as ações tomadas pelas administrações estatais para com seus recursos territoriais em prol de sua segurança.

Em segundo lugar, é importante compreender que a segurança é um processo, ou seja, um conjunto de práticas tomadas para garantir aquele resultado afirmado acima. Mais do que isso, esses processos têm a ver com o próprio desenvolvimento das atividades do Estado em si. Como afirmam Barry Buzan e Lene Hansen (2012, p. 34), “[o termo] ‘Segurança’ (...) diz respeito a temas políticos

cruciais, como Estado, autoridade, legitimidade, política e soberania”, justamente por envolver as ações político-institucionais do Estado.

Por fim, é necessário perceber que as ações de “asseguração” destes objetivos estratégicos do Estado com relação a um possível resultado futuro se referem, portanto, a uma busca pela garantia de asseguração do objeto final. Isso significa dizer que o processo de asseguração de recursos territoriais do Estado, ou ainda de elementos específicos que auxiliarão a administração estatal a atingir seus objetivos, está diretamente relacionada à estrutura de uma administração racional, que desenvolve uma leitura “geométrica” dos recursos territoriais e “estratégica” com relação aos processos decisórios que tomará.

Surge, portanto, uma questão relevante para a análise aqui proposta: a perspectiva da segurança, em praticamente todas as suas versões tradicionais na Geografia e nas Relações Internacionais, apresenta-se como uma análise realizada a partir da leitura do Estado sobre si próprio. Numa perspectiva racionalista com forte viés econômico, como indicado por Foucault (op. cit.), o Estado desenvolverá uma leitura dos seus diferentes recursos para atingir não apenas a sua sobrevivência, mas também o alcance de seus interesses nacionais. Isto, porém, representa a visão do príncipe, do administrador estatal, que não tem como ver o terreno a não ser como representação, como indica Claude Raffestin:

A percepção territorial do príncipe não é geométrica, no sentido de um valor concreto, o do “terreno”, mas geométrica. Não poderia ser de outra maneira, pois trata-se de possuir uma imagem ou um modelo a partir do qual se elabora uma ação. (...) O “estrategista” não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o “espaço” (...). (RAFFESTIN, op. cit., p. 25)

Não apenas o território, o terreno, é visto pelo administrador, pelo “príncipe”, como uma representação geométrica, mas também a segurança é vista como uma questão anteriormente discursiva, que depende de uma série de discursos, justificações e imagens, para que posteriormente possa ser colocada em prática. É esta abstração que permite a tomada de decisões por parte dos Estados e das administrações centrais, e que posteriormente serão colocadas em prática nas fronteiras e em outros espaços. Obviamente, como afirma Raffestin, esse “afastamento conceitual” gera, inclusive, novas semânticas específicas sobre os territórios por parte dos estrategistas, os tomadores de decisão:

O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação [geométrica traduzida na produção das cartas]. Eis o porquê de esses elementos do código sintático, que são a dimensão, a forma e a posição, permanecerem na linguagem do território, mas devem ser retomados como plano de expressão de uma semiologia conotativa. (RAFFESTIN, op. cit., p. 25)

Assim, as representações dos aspectos territoriais, assim como das questões de segurança assumem esse caráter morfofuncional indicado por Raffestin. Trata-se, portanto, de abordar de qual forma a segurança pensada pelo Estado serve ao Estado em si, como objetivo e como instrumento. Pois, se as fronteiras são pensadas pelo Estado, via de regra não são pensadas a partir de si próprias, senão representadas diante dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas.

E, se recebem as informações desta maneira, as elites dirigentes dos Estados se depararão com aquilo que as fronteiras representam para si próprios, e não para seus habitantes. Muitas vezes, isso leva a tomadas de decisão totalmente desterritorializadas no sentido dado por Deleuze e Guatarri (2011), algo nomádicas, algo deslocadas com relação aos espaços vividos em si.

Assim, resta perguntar-se: como pensar a segurança a partir da fronteira? É o que tentaremos delinear, novamente para tentar abrir novas possibilidades de pesquisa, abaixo.

Segurança “a partir da fronteira” e suas complexidades

Pensar a questão da fronteira a partir do Estado, e de sua leitura de segurança, é pensar a fronteira a partir de uma perspectiva estatal, “a partir de cima”. Porém, a segurança não trata apenas de características estatais, da segurança de um Estado, inclusive pelos questionamentos contínuos a respeito das tentativas de homogeneização por parte dos Estados para garantir a obediência às suas capacidades de comando e de posse sobre pessoas e recursos territoriais. Abrir novos caminhos, portanto, é pensar também como refletir a respeito da segurança também a partir das fronteiras em si.

Pois a fronteira, esse “ponto de fricção” apontado por Ratzel, é também o ponto de interação, o ponto de comunicação, a “interface de comunicação” com esse exterior que se encontra para além das realidades do Estado. Pois, até mesmo a existência de uma relação de influência do poder de um Estado sobre o outro para além da fronteira já significa que, mais que uma relação de negação, a fronteira se

apresenta como relação de dependência para os Estados-nação na modernidade. Essa inversão, necessária de ser feita, altera a própria lógica da aplicação dos recursos securitários.

Porém, pensar assim exige repensar algumas questões levantadas por Rodrigues (op. cit.) a respeito da segurança. Questiona-se, sempre que se debate o tema da segurança, por exemplo, qual é o objeto a ser assegurado, ou seja, garantido contra ameaças e riscos. Ao mesmo tempo, é necessário compreender por quais razões este objeto se considera relevante a ponto de ser assegurado com tantos recursos, e quais os benefícios da sua asseguaração. Por fim, deve-se questionar como ocorre essa asseguaração durante o processo apresentado.

Invertendo a lógica comum dos processos securitários, e tentando levá-los à “discussão do terreno”, como proposto por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), levanta-se alguns questionamentos: no caso do Brasil, por exemplo, o quê se está tentando assegurar nos portos de fronteira? Como esta questão conceitual permite compreender o tema a partir das aplicações dos conceitos e das leituras que o Estado brasileiro, por exemplo, tem a respeito das ameaças e dos riscos que o envolvem, e o papel das fronteiras nos mesmos? Por quais motivos a fronteira é vista como o fim, terra sem leis, fim da autoridade estatal e, portanto, possível de ser desconsiderada dentro das discussões que mesmo a envolvem?

São alguns questionamentos que gostaríamos de levantar para abrir novas agendas de pesquisa sobre a relação entre a segurança e as fronteiras, uma vez que pensar novos temas suscita questionar o status quo teórico e prático aqui brevemente apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos temas apresentados neste trabalho, foi possível verificar algumas indicações para o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que ora se abre, sobretudo através do esforço deste espaço. Debater as relações transfronteiriças, em realidade, não representa nada de novo em termos de conteúdo a ser abordado, tanto na Geografia como nas Relações Internacionais. O que buscou-se aqui apresentar foi uma construção com certo recorte transversal: a

vivência, os sentidos da fronteira a partir de várias disciplinas acadêmicas e sua relação com o Estado e sua perspectiva de segurança.

A fronteira, para além de ser considerada como securitariamente estratégica, deve ser vista como vivência, como território não apenas de entidades estatais, mas também das comunidades que ali residem, que têm ali o seu quinhão de terra ou que dela dependem. O choque entre a visão do Estado e a realidade destas comunidades, o entrelaçamento de políticas e de práticas sociais originárias das mais diversas escalas, conseguem representar a necessidade que o tema seja mais profundamente compreendido.

Afinal, adotar a leitura do Estado significa aceitar a preponderância do Estado sobre todos os outros poderes. E, se há um grande desafio para a compreensão da Geografia Política, da Geopolítica, e das Relações Internacionais, é justamente aquele de conceber a multiplicidade de mundos que existem neste mundo. E começar pela fronteira, abordar o limite, parece ser apenas começar, e não finalizar, a teoria a respeito das relações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BIOTEAU, Emmanuel. **Everyday Life Near State Borders: The Social Effects of the Changing Status of Borders in Central Europe (Romania – Hungary)**. Angers: HAL. **Borders of the European Union: Strategies of Crossing and Resistance**, 2007.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1996, p. 11-22.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo : capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DONNAN, Hastings; WILSON, Thomas. **Borders: Frontiers of identity, Nation and State**. New York: Berg, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população** : curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KLUSÁKOVÁ, Luda; ELLIS, Steven. Terms and Concepts: "Frontier" and "Identity". In Academic and Popular Usage. In _____ (edição). **Frontiers and Identities**. Exploring the Research Area. Pisa: Pisa University Press, 2006, p. 1-17.

MACHADO, Lia. **Sistemas, Fronteiras, e Território**. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Autour de la fonction sociale de la frontière**. Genève : Espaces et sociétés, n. 70/71, 1992, p.157-164.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich; MORAIS, Antonio Carlos Robert de (organizador). **Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RODRIGUES, Alexandre Reis. O conceito de segurança. **Jornal de Defesa e Relações Internacionais**, vol. 1, n.1, 2013.

SEWERYN, Olga; SMAGACZ, Marta. Frontiers and Identities: Approaches and Inspirations in Sociology. In KLUSÁKOVÁ, Luda; ELLIS, Steven (edição). **Frontiers and Identities**. Exploring the Research Area. Pisa University Press. 2006. P. 1-17.

SILVA, Maria; MORAIS, Maria. **Os sentidos da fronteira a partir da discussão territorial em Claude Raffestin**. Vol. 2, n. 47E. Costa Rica: Revista Geográfica de América Central, 2011, p. 1 – 15.

WILSON, Thomas; DONNAN, Hastings. Nation, state and identity at international borders. In _____ (edição). **Border Identities: Nation, state and identity at international borders**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. P. 1-31.

WALLERSTEIN, Immanuel M. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALTERS, William. Foucault and Frontiers: Notes on the Birth of the Humanitarian Border'. In Bröckling, Ulrich; Krasmann, Susanne; Lemke, Thomas.

Governmentality: Current Issues and Future Challenges. New York: Routledge, 2011, pp.138--164.